



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Provincializing Outer Space: a reading of quilombola insurgency against the future regimes of brazil's space program in alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras¹

Resumo: Este artigo propõe uma crítica à colonialidade do tempo nos projetos espaciais contemporâneos, ao introduzir o gesto de provincializar o espaço sideral como operação metodológica. Inspirado em Chakrabarty, argumenta-se que o espaço não é neutro, mas cronologia moderna que transforma o futuro em propriedade tecnocientífica. Com base no conflito entre o Centro de Lançamento de Alcântara e o Quilombo Mamuna, interpreta-se o território como nó temporal insurgente. O Mamuna resiste não apenas à remoção, mas ao apagamento epistêmico. Ao articular autores pós-coloniais e relatos quilombolas, propõe-se uma escuta radical dos tempos desautorizados. Provincializar o espaço é submeter a ciência à crítica de outros mundos possíveis.

Palavras-chave: colonialidade do tempo. quilombos. Alcântara. espaço sideral. epistemologias subalternas.

Abstract: This article offers a critique of the coloniality of time embedded in contemporary space projects by introducing the gesture of provincializing outer space as a methodological operation. Drawing on Chakrabarty, it argues that space is not neutral but a modern chronology that transforms the future into technoscientific property. Based on the conflict between the Alcântara Launch Center and the Quilombo Mamuna, the territory is interpreted as a temporal knot of insurgency. Mamuna resists not only physical displacement but epistemic erasure. By articulating postcolonial theorists with quilombola testimonies, the article proposes a radical listening to disauthorized temporalities. Provincializing space means subjecting science to the critique of other possible worlds.

Keywords: coloniality of time. quilombola communities. Alcântara. outer space. subaltern epistemologies.

¹ Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo - IRI-USP. ORCID: [0000-0002-5181-6486](https://orcid.org/0000-0002-5181-6486) - E-mail: leandrolaranjeiras@usp.br



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

Introdução

Este artigo parte de uma inquietação: quem define o futuro, e com que autoridade? No campo das ciências espaciais, o porvir costuma ser representado como uma linha ascendente, inevitável e tecnicamente orientada. A exploração espacial aparece como o próximo passo lógico da humanidade. O que essa narrativa oculta, no entanto, é que nem todos os mundos foram convidados a habitar esse futuro. E muitos foram expulsos em nome dele.

A espacialização do porvir, longe de ser neutra, inscreve-se em lógicas profundas da modernidade ocidental. O porvir, aqui entendido não apenas como o tempo que virá, mas como horizonte político de organização do tempo, é capturado por um regime tecnocientífico que articula aceleração, exclusão e autoridade epistêmica. O espaço sideral torna-se simultaneamente promessa e argumento: projeta o progresso como destino comum e converte formas de vida divergentes, como indígenas, quilombolas, camponesas e comunitárias, em ruído histórico. O céu, nesse discurso, legitima a Terra como território a ser superado. O foguete, como vetor de soberania, autoriza a transformação do presente vivido em atraso a ser superado.

No Brasil, esse regime de exclusão assume forma concreta em Alcântara, no Maranhão, onde a instalação e a expansão do Centro de Lançamento (CLA) implicaram o deslocamento forçado de dezenas de comunidades quilombolas da faixa litorânea. Entre elas está o Quilombo Mamuna, cuja experiência será central nesta análise. A comunidade, situada na região costeira do município, concentra memórias de resistência, territorialidade e deslocamento, atravessadas por decisões políticas e acordos internacionais que colocaram a soberania espacial acima da permanência no território. A tecnociência orbital, ao converter o futuro em vetor único, desloca outros tempos, apaga ritmos e desautoriza modos de existência não alinhados à cronologia do foguete.

Neste artigo, proponho provincializar o espaço sideral. Inspirado no gesto crítico de Dipesh Chakrabarty (2000), trata-se de recusar a apresentação do espaço como horizonte neutro e universal da humanidade. O espaço sideral, como categoria política e epistêmica, é produto de uma história localizada - moderna, colonial, tecnocientífica - que



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

pretende se apresentar como natural. Provincializar esse espaço é interromper a ficção de neutralidade temporal e evidenciar que há conflitos, silenciamentos e resistências orbitando essa história.

A análise desenvolvida aqui se ancora em documentos oficiais, como o Plano Nacional de Atividades Espaciais 2022–2031, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e EUA, e a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre Alcântara, e na escuta de manifestações públicas de movimentos quilombolas. Ao centro, está o Mamuna, como expressão de um nó temporal insurgente: um ponto de atrito entre cronologias, onde o tempo não segue a linha reta do desenvolvimento, mas insiste em permanecer. Mesmo quando o solo treme.

Provincializar o espaço sideral, portanto, é mais do que inverter o olhar. É desestabilizar o tempo que sustenta sua autoridade. É escutar os mundos que foram expulsos do porvir, não como resíduos do passado, mas como presenças críticas de tempos outros que desafiam a velocidade do foguete e o silêncio das órbitas.

Materiais e métodos

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, crítica e situada, orientada pelo gesto de provincializar o espaço sideral. Em vez de assumir o espaço como horizonte técnico neutro e universal, propõe-se interrogar as condições históricas, políticas e epistêmicas que o constituem como destino inevitável da humanidade. A pesquisa articula análise documental com escuta de enunciados quilombolas, compreendendo o conhecimento como algo produzido também por corpos, memórias e práticas coletivas.

Teoricamente, a reflexão parte da proposta de Dipesh Chakrabarty (2000) de provincializar a Europa, entendida aqui como matriz da modernidade que organiza o tempo em linhas evolutivas, cumulativas e hierárquicas. No campo espacial, essa cronologia se manifesta como tempo orbital: uma temporalidade marcada pela aceleração, pela exclusão e pela promessa de superação. Interessa-me questionar como esse tempo se consolida nos discursos oficiais e como ele é interrompido por formas de vida que recusam sua autoridade.



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

A análise se ancora em documentos públicos e juridicamente válidos, como o Plano Nacional de Atividades Espaciais 2022–2031, aprovado pela Portaria AEB nº 756/2021, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado entre Brasil e Estados Unidos em 2019, e a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as violações cometidas contra as comunidades quilombolas de Alcântara, publicada em 2023. Esses documentos são tomados não apenas como fontes, mas como operadores de um regime de futuro, cuja gramática será examinada à luz da noção de coprodução entre ciência, tecnologia e poder, conforme desenvolvida por Sheila Jasanoff (2004).

Em paralelo, mobilizo registros de resistência quilombola divulgados por movimentos como a CONAQ e o MABE, entre 2019 e 2021, e relatos publicados em veículos internacionais, como o *The Washington Post*. Em particular, detenho-me na fala de Maria José Lima Pinheiro, liderança do Quilombo Mamuna, que descreve o tremor da terra durante os lançamentos como a sensação de que o mundo vai acabar. Essa fala, documentada e publicada, é aqui tomada não como testemunho ilustrativo, mas como enunciação crítica de um tempo outro: um mundo que se recusa a ser ruído técnico.

Inspirado por Linda Tuhiwai Smith (1999), entendo a escuta como prática de decolonização metodológica. A escuta, neste caso, não se limita à coleta de dados, mas à disposição para reconhecer formas de vida e saber que não se expressam nos moldes acadêmicos ou estatais. Parte das críticas quilombolas à política espacial brasileira circula oralmente, em assembleias, cantos, rituais e caminhadas. Essas práticas não são tratadas como lacunas, mas como modos legítimos de fazer política e produzir teoria.

O Quilombo Mamuna é analisado como um nó temporal insurgente: ponto de fricção entre o tempo orbital e a persistência de outras cronologias. Ao tomar esse nó como eixo empírico e conceitual, busco compreender como os conflitos em Alcântara não dizem respeito apenas à posse da terra, mas à disputa por regimes de tempo. O porvir, nesse contexto, não é apenas uma projeção técnica, mas um território em disputa.

Destaco, ainda, o esforço - talvez nunca alcançado em sua plenitude - de manter-me atento ao potencial vigilante e autorreflexivo característico da própria teorização pós-colonial e do pensamento decolonial (Elena, 2017 p. 34). Isto porque embora a minha



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

escrita esteja baseada no Sul, do ponto de vista político, histórico e geográfico, reconheço aquilo que Marcelo Rosa (2014) classificou como uma espécie de colonialismo interno, na qual poucos pesquisadores "estão de fato com seus pés na terra onde escrevem" (Rosa, 2014, p. 59).

Eis então a armadilha de se apropriar de percepções de mundos e, na tentativa errante de torná-las universais, esvaziá-las e transformá-las em narrativas simplistas ao envolver o pré-moderno/moderno (Connell, 2007, p. 45) ou de transformá-las em uma posição de particularidade em oposição a um suposto universal. Ainda que reconheçamos que nossos pés estejam no solo indígena que chamaram de Brasil, minhas raízes culturais são outras, não estive no Quilombo Mamuna e não pretendo expropriar seus conhecimentos.

Alcântara, Mamuna e o sacrifício do atraso

No imaginário geopolítico e tecnocientífico brasileiro, Alcântara é frequentemente apresentada como promessa. Situada a apenas dois graus da linha do Equador, sua posição é descrita como "uma das mais privilegiadas do mundo" para lançamentos orbitais, o que a transforma num suposto "ativo estratégico nacional" (AEB, 2021, p. 36). Foi com esse discurso que, durante a ditadura militar, o governo federal iniciou, em 1983, a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), sob comando do então Ministério da Aeronáutica. Mas essa infraestrutura não foi erguida sobre o vazio: no território afetado pela base vivem, há séculos, dezenas de comunidades quilombolas, descendentes de populações negras que ali se estabeleceram desde o século XVIII, após o colapso do sistema escravista e o abandono das fazendas por parte da elite colonial (McCoy & Traiano, 2021).

Entre essas comunidades está o Quilombo Mamuna, situado na faixa costeira e diretamente impactado pelas políticas de expansão da base aeroespacial. Em 1986, cerca de 312 famílias quilombolas foram removidas de suas terras tradicionais e realocadas em agrovilas no interior do município, em um processo conduzido sem consulta prévia, sem garantias jurídicas e com promessas não cumpridas de acesso a serviços básicos (CONAQ,



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

2020; CIDH, 2023). A despossessão comprometeu modos de vida baseados na pesca artesanal, nos manguezais, na agricultura de subsistência e na circulação comunitária pelo litoral. O que se perdeu, com a terra, foi também o tempo: os ritmos, os ciclos, as práticas que organizavam a existência coletiva.

O deslocamento, portanto, não foi apenas físico. Foi simbólico e temporal. Em documentos oficiais, como o Plano Nacional de Atividades Espaciais (PNAE 2022–2031), o território de Alcântara aparece como superfície técnica a ser modernizada e internacionalizada. Não há qualquer menção às comunidades quilombolas que vivem na região há mais de dois séculos (AEB, 2021). A terra surge como “plataforma de desenvolvimento”, e os corpos que a habitam são tratados como obstáculos logísticos. A lógica implícita é clara: o futuro precisa ser desimpedido. E, para isso, é necessário sacrificar o que o Estado nomeia como atraso.

Essa lógica se intensificou com o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), firmado entre Brasil e Estados Unidos em 2019 e aprovado pelo Congresso Nacional em 2020. O acordo, que regula o uso comercial do CLA por empresas estrangeiras, em especial norte-americanas, impõe restrições de acesso ao território e amplia a militarização da área, sem qualquer previsão de consulta prévia às comunidades, conforme determina a Convenção 169 da OIT (Brasil, 2020; MABE & CONAQ, 2020). Para os quilombolas, o tratado representou uma reedição da violência fundacional da base, agora sob a linguagem da inovação e da segurança estratégica. Como afirmou a liderança quilombola Lourdes Vieira, em audiência pública: “o AST é um ataque silencioso, mas profundo. Ele nega nosso direito de continuar existindo onde sempre estivemos” (CONAQ, 2020).

É nesse contexto que o Mamuna emerge, não como metáfora do passado, mas como ponto de ruptura. Em 2020, membros da comunidade organizaram uma ação simbólica de retorno à costa, de onde haviam sido deslocados décadas antes. Recolheram água do mar, plantaram mudas nativas, entoaram cantos tradicionais e realizaram rituais de reconexão com o território. O gesto foi documentado por organizações parceiras, incluído em denúncias internacionais e comunicado à ONU como manifestação da continuidade



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

cultural dos quilombos de Alcântara (MABE & CONAQ, 2020). A ação afirmava: há tempo aqui. E esse tempo não desaparece porque foi removido. Ele se refaz, mesmo em fratura.

Como declarou Maria José Lima Pinheiro ao jornal *The Washington Post*: “quando lançam os foguetes, a terra treme. Parece que o mundo vai acabar” (McCoy & Traiano, 2021). A frase não é apenas uma descrição física. É uma enunciação crítica sobre o tempo. O mundo que treme ali não é apenas o chão. É o porvir imposto como linha única, um tempo orbital que exige que tudo abaixo dele se alinhe. Mamuna, no entanto, permanece. E sua permanência, como mostram suas práticas agrícolas, seus saberes medicinais, sua política de comunidade e sua recusa à exclusão, não é mero testemunho. É interrupção da cronologia orbital.

O Mamuna não aceita a função de ruína. Tampouco a de obstáculo. Nos corpos de suas lideranças, nos gestos de suas mulheres agricultoras, nos silêncios e cantos que atravessam gerações, a comunidade se afirma como presença desobediente. Um tempo que não se deixa organizar. Uma fricção viva no interior da linha do foguete. É aí que se forma o nó - não como metáfora poética, mas como fato histórico: há mundos que não se deixam colonizar pela narrativa do porvir. E há futuros que só podem existir se esses mundos forem preservados, ou, paradoxalmente, sacrificados.

Provincializar o tempo, desestabilizar o futuro

Provincializar a Europa, como propõe Dipesh Chakrabarty, é uma crítica profunda à universalização das categorias de tempo e história produzidas pela modernidade ocidental. A tarefa não é rejeitar a Europa como geografia, mas deslocar seu papel como origem imaginária do que conta como conhecimento legítimo, como política possível e, principalmente, como tempo correto. Conforme Chakrabarty (2000, p. 3-4):

Provincializing Europe is not a book about the region of the world we call ‘Europe.’ The ‘Europe’ that I seek to provincialize or decenter is an imaginary figure that remains deeply embedded in cliché’d and shorthand forms in some everyday habits of thought that invariably subtend attempts in the social sciences to address questions of political modernity in South Asia.

O pensamento europeu moderno se apresenta, segundo Chakrabarty, como ao mesmo tempo indispensável e inadequado para pensar as experiências da modernidade



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

política em nações não ocidentais. Por um lado, não é possível ignorar a linguagem da cidadania, do Estado, do contrato social, do capitalismo. Por outro, essas categorias se mostram incapazes de dar conta das ambivalências e tensões vividas no Sul global, onde a experiência moderna nunca foi pura, mas sempre traduzida, negociada, forçada (Chakrabarty, 2000, p. 16).

O historicismo, método narrativo que inscreve todas as sociedades numa cronologia de progresso linear, é o principal alvo de sua crítica. Para Chakrabarty, ele representa não apenas uma técnica narrativa, mas uma tecnologia de poder, que determina quem pode ter futuro e quem deve esperar. “That was what historicist consciousness was: a recommendation to the colonized to wait” (Chakrabarty, 2000, p. 8). Assim, o tempo deixa de ser vivido e plural, para tornar-se disciplinado, escalonado, politicamente útil.

A história que o historicismo produz é desencantada, homogênea e esvaziada de multiplicidade. Conforme Chakrabarty (2000, p. 73), parece ateu porque os deuses, espíritos e outros agentes não podem ser invocados como tendo qualquer influência no curso dos eventos seculares; vazio porque é tratado como um recipiente que pode ser preenchido com eventos; e homogêneo porque é independente dos eventos que ocorrem nele. Essa forma de tempo é tratada como natural, como se houvesse apenas uma maneira correta de estar no tempo: a da modernidade ocidental.

É nesse ponto que Chakrabarty introduz a distinção entre História 1 e História 2. A primeira é a história universal do capital, que transforma todos os eventos em momentos dentro de sua própria lógica de expansão. A segunda são as práticas, crenças e ritmos que não cabem nessa lógica: o tempo do ritual, da terra, dos deuses, das presenças não humanas. Ele escreve: “History 2 is better thought of as a category charged with the function of constantly interrupting the totalizing thrusts of History 1.” (Chakrabarty, 2000, p. 66). Essas duas histórias coexistem em tensão, e é da permanência da História 2 que nasce a potência crítica contra a linearidade.

É justamente a coexistência não resolvida entre essas temporalidades que leva Chakrabarty a propor a imagem dos nós do tempo (time-knots). Ao refletir sobre o



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

desencantamento produzido pela história secular, ele observa que o presente nunca é plenamente contemporâneo de si mesmo: “It is because we already have experience of that which makes the present noncontemporaneous with itself that we can actually historicize” (Chakrabarty, 2000, p. 112). Esses nós são articulações, como as juntas do corpo ou os segmentos do bambu, que marcam o entrelaçamento de múltiplas temporalidades em um mesmo momento.

O conceito de nó do tempo é, portanto, decisivo: ele afirma que a história não se desenrola em linha, mas em trama. São pontos em que continuidade e ruptura se fundem, onde o passado retorna como presença viva, onde a pluralidade temporal não pode ser absorvida por uma só cronologia. “We inhabit their fragments even when we classify ourselves as modern and secular” (Chakrabarty, 2000, p. 112).

Esses nós são epistemologicamente férteis. Eles desafiam a lógica do progresso ao mostrar que diferentes formas de tempo e, portanto, de vida coexistem e produzem sentido. A partir desses nós, torna-se possível pensar um tempo radicalmente plural, no qual a política não é apenas disputa de interesses, mas disputa de temporalidades. E isso tem consequências diretas para a análise do espaço sideral.

Ao aplicar o gesto de provincializar à política espacial, podemos compreender o espaço sideral não como uma fronteira natural da humanidade, mas como um produto discursivo de uma História 1 orbital: técnica, futurista, colonial, estratégica. Lançar foguetes não é apenas alcançar órbitas, é organizar o tempo, é dizer quem pertence ao porvir e quem está condenado ao passado.

Os nós temporais, nesse contexto, são pontos de interrupção. São os lugares onde a cronologia do foguete colide com a cronologia da roça, onde o tempo orbital encontra o tempo da terra, onde o silêncio técnico é cortado pelo tambor. Eles nos dizem que há mundos que não se alinham e que, justamente por isso, tornam visível a violência do tempo único. Como sugere Chakrabarty (2000, p. 112): “It is because we live in time-knots that we can undertake the exercise of straightening out, as it were, some part of the knot (which is how we might think of chronology)”.



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

Esses debates ecoam e se expandem em outros campos. Em estudos do Antropoceno, autores propõem novas “Histórias 3 e 4” para nomear o entrelaçamento de escalas temporais humanas e geológicas (Peel, 2014). Em estudos de ciência e tecnologia, há o chamado por um “STS do Sul”, que reconheça os sistemas de tempo inscritos em cosmologias indígenas e afrodescendentes. Em todos esses campos, o que está em jogo é o mesmo que em Chakrabarty: a pluralização radical do tempo histórico.

Os nós do tempo, portanto, não são simples metáforas. Eles são condição de crítica. São lugares a partir dos quais se pode pensar o colapso da História 1 e imaginar outros futuros, não como utopia distante, mas como ritmo presente. Eles são, como veremos a seguir, o que permite que comunidades como o Mamuna não apenas resistam, mas pensem. E façam da permanência, crítica.

Assim como a “Europa” em Chakrabarty (2000), o espaço sideral pode ser lido não apenas como um lugar, mas como ideia historicamente produzida, uma narrativa planetária que organiza o tempo, o poder e a humanidade a partir de um referencial tecnocientífico moderno. O que definimos como “fronteira espacial”, nesse sentido, não é apenas um limite físico, mas uma construção histórica e geopolítica, uma metáfora material da modernidade ocidental e sua promessa de exportação do humano para além da Terra. O espaço, aqui, não perde seu valor estratégico ou econômico, mas adquire também uma dimensão simbólica profunda, marcada pela fusão entre localidade e globalidade, ciência e civilização, Terra e cosmos (Peel, 2014).

Embora o CLA esteja geograficamente localizado no Brasil, os principais agentes que dominam a tecnociência orbital - definem seus rumos - estão fora dele. Trata-se, portanto, de uma infraestrutura nacional que serve a um regime globalizado de futuridade, ancorado em empresas privadas estrangeiras e acordos bilaterais assimétricos. O CLA torna-se, assim, um dispositivo liminar: ponto de passagem entre soberania nacional e dependência tecnológica, entre território e vetor de fuga, entre chão e céu. Seu papel não é apenas lançar foguetes, mas reafirmar uma ideia de espaço como território a ser conquistado, racionalizado e convertido em ativo de futuro.



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

No entanto, para comunidades como a do Quilombo Mamuna, o espaço sideral não significa progresso, significa perda. Não em relação a uma modernidade externa, mas em relação ao que elas próprias já foram: uma continuidade territorial, espiritual e coletiva interrompida por um projeto que exige deslocamento para realizar seu tempo. Essa disjunção revela que o espaço orbital, ao mesmo tempo que projeta um futuro global, reproduz a colonialidade que marcou a expansão europeia sobre a Terra. Como aponta Hartog (2013), regimes de historicidade modernos tendem a absolutizar o futuro como única direção legítima do tempo. E é justamente essa unidirecionalidade que se impõe sobre corpos e territórios considerados “atrasados”.

As imagens do espaço - físicas, simbólicas e retóricas - projetam uma perspectiva extraterrestre sobre o planeta, mas refletem os contornos das práticas coloniais, imperiais e epistemicamente ocidentais que continuam a estruturar a modernidade espacial. O local e o global se sobrepõem e reorganizam: enquanto a Terra aparece como origem a ser superada, o céu é representado como o novo horizonte civilizacional. O vetor “para cima” se impõe como direção da humanidade, o olhar “de cima” reorganiza as formas de vida segundo a medida da tecnociência.

Esses referenciais - o para cima e o de cima - marcam a persistência da diferença. O movimento para fora coabita com a luta dos que foram sistematicamente deixados para trás. As marcas da colonização, do império, da orientalização e da racialização não se encerram na superfície do planeta: elas são projetadas, reaproveitadas e estendidas para além dele. O espaço sideral torna-se, assim, o novo nome de um velho projeto - o de controlar o tempo, o mundo e o futuro a partir de um ponto fixo: o da modernidade ocidental.

Mas se provincializar a Europa significava, para Chakrabarty (2000), inscrever suas contradições na própria história da modernidade, provincializar o espaço sideral implica expor os nós temporais que ele carrega: lugares onde a cronologia orbital colide com outras formas de tempo, circulares, rituais, territoriais, ancestrais, que não desapareceram. Como nos lembra Peel (2014), essas temporalidades insurgentes não são



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

exteriores ao regime global de futuro: são interiores a ele, e por isso mesmo, potencialmente críticas.

É nesse ponto que se inscreve o caso de Alcântara e do Quilombo Mamuna. Ali, o instante do lançamento de um foguete não é apenas um evento técnico: é um gesto que tensiona múltiplas histórias de continuidade e ruptura. É a colisão de mundos que habitam, simultaneamente, a Terra e o cosmos, mas a partir de experiências radicalmente distintas de tempo, de pertencimento e de porvir. O que está em disputa, portanto, não é só o acesso ao espaço, mas a própria definição do que é futuro.

Tempo orbital e a cronologia do porvir

Se os nós temporais indicam a simultaneidade de ritmos e a fratura da linha histórica única, o que se revela em sua contraposição é a existência de uma temporalidade dominante que se apresenta como neutra, inevitável e contínua. É essa temporalidade que denomino aqui tempo orbital: uma organização tecnopolítica do porvir baseada na lógica da aceleração, da linearidade e da funcionalização espacial. O tempo orbital é uma forma contemporânea de História 1 (Chakrabarty, 2000), projetada não apenas sobre a Terra, mas desde e para além dela. Trata-se de uma extensão atmosférica do progresso tecnocientífico, que naturaliza sua própria direção: para cima, para frente, para o futuro.

Essa cronologia não é uma abstração. Ela se materializa em documentos, discursos e projetos estatais, como os sucessivos Planos Nacionais de Atividades Espaciais (PNAE), publicados pela Agência Espacial Brasileira (AEB) desde os anos 1990. O PNAE 2012–2021, por exemplo, descreve a atividade espacial como um “vetor para o desenvolvimento nacional” (AEB, 2012, p. 5), um campo “estratégico, indutor de soberania” (p. 6), e uma “área prioritária de interesse do Estado brasileiro” (p. 8). O futuro, aqui, é o horizonte natural do programa espacial - e qualquer questionamento à sua expansão aparece como desvio, ruído ou atraso.

Isto porque a linguagem desses documentos é marcada por verbos prospectivos e aditivos: “inserir o Brasil entre as nações espacialmente soberanas” (AEB, 2012, p. 9), “ampliar capacidades autônomas” (p. 12), “reduzir defasagens tecnológicas” (p. 13). Esse



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

vocabulário constrói uma cronologia funcional: há um caminho previamente traçado, que o Brasil deve alcançar para se tornar moderno, competitivo e civilizado. Tudo aquilo que não se alinha a esse eixo, como os ritmos locais, as memórias do território ou os corpos não funcionais, é apagado do plano temporal do Estado.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre Brasil e Estados Unidos em 2019 aprofunda essa lógica. Nele, o território de Alcântara é descrito como um ativo estratégico a ser compartilhado com parceiros estrangeiros (Brasil, 2020). O acordo garante que tecnologias estadunidenses não serão acessadas por brasileiros, e estabelece cláusulas que protegem os lançamentos contra interferência, inclusive social. Nenhum artigo do tratado menciona as populações tradicionais afetadas, nem estabelece mecanismos de consulta. O tempo orbital, aqui, é simultaneamente blindado e acelerado: protegido da política, impermeável ao conflito, orientado à repetição técnica.

Essa combinação entre aceleração e silêncio produz o que denomino cronologia do porvir. É uma forma de tempo que organiza o futuro como um vetor único, no qual a tecnociência espacial é não apenas meio, mas critério de validade temporal. Os que participam do programa são “presentes”; os que o questionam são “passados” ou “obstáculos”. O porvir orbital não se constrói com os mundos, mas contra eles. Ele exige, como condição de seu lançamento, a expulsão de tempos não alinhados. Seja da terra, seja da linguagem.

Essa lógica de neutralidade funcional é contestada por vozes que se insurgem contra o apagamento. Em 2023, a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu a violação do direito à consulta e à propriedade coletiva das comunidades quilombolas de Alcântara (CIDH, 2023). A sentença afirma que o Estado brasileiro “falhou em garantir a consulta livre, prévia e informada” e que as decisões relativas ao programa espacial foram tomadas sem considerar os impactos socioambientais e territoriais sobre as comunidades locais (CIDH, 2023, p. 21). Essa condenação internacional é uma ruptura: ela interrompe a aparência de consenso técnico e reinscreve o território como espaço de conflito temporal.



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

O tempo orbital é, portanto, uma construção cronopolítica. Ele não existe por si só: é produzido por documentos, tratados, verbos e mapas. E é naturalizado por um regime de verdade que associa futuro à funcionalidade espacial. Escapar desse tempo exige mais do que denúncia. Exige uma teoria do tempo. E é por isso que a escuta de mundos que permanecem - como o Mamuna - não é apenas empática. É crítica.

Quando a terra treme: o relato como crítica encarnada

O tempo orbital - linear, homogêneo, funcional - organiza o futuro como algo técnico e antecipável. Mas há momentos em que essa cronologia se desfaz. Nem sempre por colapso visível, mas por permanência. Por insistência. Por tremor.

Maria José Lima Pinheiro, liderança do Quilombo Mamuna, no Maranhão, conta que o primeiro foguete lançado do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) fez a terra estremecer. “Parecia que o mundo ia acabar”, diz ela, recordando o impacto da explosão sobre o chão da comunidade (McCoy & Traiano, 2021). Esse tremor não foi apenas físico. Foi também histórico. Ele marcou a colisão entre dois regimes de tempo: o porvir orbital e o tempo da terra. Aquele que sobe, e aquele que permanece.

Maria José narra a história de sua comunidade como sobreposição de tempos: os séculos de ocupação quilombola após a debandada dos senhores de engenho no século XIX; a remoção forçada de famílias para terras inférteis durante a implementação do CLA na década de 1980; a chegada do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas em 2019, sem consulta prévia; a visita do presidente da República em 2020, atravessando a comunidade rumo à base espacial. Cada episódio, para ela, não é passado encerrado, mas camada viva. “Parece que tudo está voltando de novo”, diz, ao comentar a retomada dos projetos espaciais sobre as mesmas terras já expropriadas (ibid.).

Essa sobreposição não é um detalhe narrativo. É o que Dipesh Chakrabarty chamaria de nó temporal, o entrelaçamento de múltiplas cronologias num mesmo presente, em que continuidade e ruptura coexistem sem se resolver (Chakrabarty, 2000, p. 112). A comunidade do Mamuna, como ela descreve, vive “há centenas de anos” entre o mar e a mata. E é esse modo de vida que o tempo orbital não reconhece como



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

contemporâneo, porque não é acumulativo, nem mensurável, nem voltado à aceleração. O tempo orbital (isto é, o tempo da História 1) não sabe o que fazer com esses ritmos.

Mas eles não desaparecem. O que Maria José expressa não é resistência reativa. É produção de sentido. Ao dizer “onde vamos nós ir?”, sua pergunta não é apenas prática. É crítica. Não se refere apenas a um deslocamento físico, mas a um deslocamento temporal, ao fato de que, mais uma vez, é preciso sair do tempo que se habita para caber na linha do tempo do outro. Essa pergunta revela que a lógica da modernização espacial se funda na descontinuidade dos mundos que não orbitam seu porvir. Questionar o lugar de existência possível é também questionar a autoridade do futuro planejado.

Esse gesto narrativo encarna a História 2, não como alternativa externa à História 1, mas como sua fratura interna, como aquilo que ela não consegue absorver (Chakrabarty, 2000, p. 66). A vida no Mamuna - feita de pesca, cultivo, escuta e cuidado - não desaparece diante do foguete. Ela se altera, resiste, rearticula. Ela permanece. E é nessa permanência que reside sua força política. Como afirma Chakrabarty, as práticas que compõem a História 2 não são resquícios do passado, mas modos de ser contemporâneos que desafiam a universalidade do tempo capitalista (ibid.).

O tempo orbital, promovido pelo programa espacial brasileiro e seus acordos bilaterais, precisa apagar essas diferenças para consolidar sua trajetória ascendente. A base de Alcântara é pensada como “ativo estratégico”, e as comunidades locais como zonas a serem neutralizadas. O Plano Diretor do CLA não menciona os quilombos. O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas tampouco. A temporalidade orbital é, ao mesmo tempo, técnica e colonial, pois exige o deslizamento de tudo aquilo que não funcione como vetor.

Mas o vetor falha. Porque há mundos que não deslizam. O Mamuna permanece como nó material e temporal. Como escreve Chakrabarty (2000, p. 112), “the present is not always contemporaneous with itself, for it contains various kinds of time-knots”. No Mamuna, esses nós são vividos. Estão nas práticas, na fala, no corpo. Estão no fato de que, embora removidos, muitos retornaram. No fato de que, mesmo sob ameaça, as casas ainda estão ali. E de que, mesmo diante do tremor, o silêncio foi resposta, mas também anúncio.



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

A visita da comitiva presidencial ao CLA em 2020, descrita por Maria José, condensa essas tensões. Ela relata que, enquanto o ex-presidente Jair Bolsonaro e sua delegação passavam pela comunidade, dezenas de moradores desalojados os esperavam num hangar, em silêncio. Esse silêncio, longe de significar ausência de linguagem, carrega um saber. É o saber da recusa, da suspensão, da não-alinhada contemporaneidade. Ele produz não apenas indignação, mas crítica epistêmica, no sentido de que interrompe a cronologia naturalizada da técnica. Ele é História 2 em ato.

A crítica não vem, portanto, da margem. Ela vem do centro da colisão. E ela é encarnada: não se dá apenas na linguagem, mas no corpo que se move e no chão que treme. A escuta de Maria José não complementa os documentos oficiais. Ela os contesta. E sua fala, marcada por dúvida, temor, permanência e elaboração, é uma forma de pensar. Pensar desde o chão. Pensar com os pés fincados no que Chakrabarty chama de tempo insurgente.

Tempo ferido, tempo insurgente: o Mamuna como centro epistêmico

Se o tremor do foguete em Mamuna foi o ponto de ruptura sensorial, a interrupção da aparente continuidade do tempo orbital, esta seção parte do seu eco. Não do silêncio como ausência, mas do som como reverberação. A escuta do relato de Maria José Lima Pinheiro, como vimos, não apenas denuncia: ela produz uma forma de pensamento. Essa forma não se apresenta nos termos da racionalidade técnica, mas na coexistência de saberes, práticas e ritmos que atravessam gerações, corpos e territórios. É nesse sentido que o Mamuna deve ser compreendido como nó temporal insurgente e, mais do que isso, como centro epistêmico.

O tempo ali é ferido, mas não cindido. A terra treme, mas continua sendo cultivada. Cada fragmento do relato - a memória da remoção, a presença do foguete, o medo cotidiano, o retorno à terra - compõe um tecido de temporalidades que se recusam a ser organizadas de forma linear. A História 1, homogênea, funcional e desenvolvimentista, exige que o futuro orbital se erga sobre o esquecimento dos mundos anteriores. A História 2, por outro lado, como sugere Chakrabarty (2000, p. 112), trata-se de vidas vividas no



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

tempo, aquelas que não podem ser plenamente subsumidas pelas categorias do capital ou do Estado.

O Mamuna encarna essa fratura. Ali, a temporalidade orbital não apaga a ancestralidade: ela a reativa. A cada novo lançamento, o presente é atravessado por camadas que não se deixam resolver. Como Lourdes Vieira, moradora da comunidade, afirma: “Mamuna virou porta de entrada para outras comunidades retomarem suas terras e terem acesso à sua ancestralidade” (CONAQ, 2023). Essa porta de entrada é também um desvio, um desvio no curso do tempo oficial. O que se realiza ali não é um retorno ao passado, mas uma forma de futuro enraizada na permanência. Isso não é recusa da modernidade. É reorientação do porvir.

Essa reorientação ganhou contornos jurídicos e políticos nos últimos anos, sem que o conflito fosse encerrado. Em 19 de setembro de 2024, após décadas de litígio, o governo federal assinou com lideranças quilombolas um acordo que titula 78.105 hectares de território tradicional, ao mesmo tempo em que preserva 9.256 hectares para o funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara (AGU, 2024). O presidente Lula declarou: “Marquem o dia de 19 de setembro de 2024, porque a história de Alcântara mudou” (Agência Gov, 2024).

Mas que história é essa? E o que significa “mudar” a história de Alcântara? A linguagem da conciliação opera como gesto simbólico de pacificação institucional e, de fato, representa uma conquista histórica das comunidades. No entanto, a própria estrutura do acordo mantém ativas as tensões que marcaram o conflito desde o início. O Estado assegura a permanência do CLA. As comunidades comprometem-se a não apresentar novos questionamentos sobre a área ocupada. E a base continua operando sob regime de salvaguardas tecnológicas com países estrangeiros (AGU, 2024).

Trata-se, portanto, de uma concórdia tensa, e não de reconciliação. Um nó, e não um desfecho. O que o acordo revela, e não resolve, é justamente a sobreposição de temporalidades inconciliáveis: o tempo da titulação e o tempo da remoção; o tempo da permanência e o tempo da aceleração; o tempo da ancestralidade e o tempo da fronteira



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

espacial. O Mamuna continua, assim, sendo o lugar onde esses tempos colidem, mas também se tornam legíveis. Um campo de fricção que pensa.

É nesse regime, e a partir dele, que o Mamuna se configura como centro epistêmico. Não por representar uma “alternativa” ao saber técnico, mas por produzir, desde a prática, uma ontologia do tempo e do mundo que resiste à abstração universalizante do porvir orbital. Ainda que esse marco revele a permanência do conflito sob outra forma, o Mamuna não foi derrotado. E o espaço sideral, que antes se queria ilimitado, agora precisa coexistir. Não por escolha, mas por imposição da terra.

O Mamuna tornou-se, assim, condição da continuidade do projeto orbital. Não por adesão, mas porque sua existência passou a estruturar o campo mesmo das possibilidades do futuro espacial. O CLA só pode operar se houver terra titulada ao redor. Só pode projetar foguetes se a comunidade permanecer ali, colada ao litoral, enraizada na memória, organizada em roçado, conversa e cuidado. A lógica do foguete, que pressupunha céu livre e solo neutro, encontra agora um chão que pensa.

É por isso que o Mamuna não é apenas resistência. Ele é uma forma de pensamento. Um pensamento que se faz na fricção com a tecnociência, mas que não pretende substituí-la. O centro epistêmico que ali se constitui não é universidade, nem laboratório. É território que formula. Não por meio de teorias abstratas, mas por práticas reiteradas de existência. Como diz Maria José: “Ali, em Mamuna, de tudo a gente planta, de tudo a terra nos dá” (Agência Brasil, 2024). O tempo, ali, não é o que se passa. É o que se cultiva.

Esse cultivo, no entanto, não é retorno ao passado. É futuridade. Não uma futuridade acelerada, mas um porvir que não cabe no vetor do foguete. Ao se recusar a sair, ao continuar onde estava, quando o Estado exigia que deixasse, o Mamuna não rejeitou o espaço. Ele o reorganizou. Interrompeu seu regime de soberania absoluta e obrigou o céu a se curvar à terra.

O CLA, hoje, só pode funcionar porque o Mamuna está lá.

Essa dependência, longe de significar superação do conflito, o radicaliza. Porque ela mostra que o tempo orbital não é suficiente. Que seu porvir não é inevitável. Que há



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

mundos que, ao não desaparecerem, expõem o limite da modernidade tecnocientífica como narrativa de destino.

Trata-se de recusa? Talvez não nos termos tradicionais. O Mamuna não grita. Ele permanece. E ao permanecer, recusa ser temporalizado: não aceita ser passado, nem quer ser absorvido como futuro autorizado. Ele se coloca como presente pleno, múltiplo, insurgente. Presente que pensa, que formula, que força o Estado a reconhecê-lo como condição e não como problema.

Nomeá-lo como centro epistêmico, então, não é conferir-lhe uma função simbólica. É reconhecer que há pensamento onde o desenvolvimento orbital não soube ver nada além de atraso. Pensamento que vincula permanência a criação, que organiza o tempo como dobra e não como flecha, que formula mundos possíveis a partir do chão, e não apesar dele.

O Mamuna não pede espaço. Ele o reconfigura. E ao fazê-lo, desloca o céu.

Considerações Finais

Este artigo partiu de uma inquietação: quem define o futuro, e com que autoridade? No campo das ciências espaciais, o porvir costuma ser representado como uma linha ascendente, inevitável e tecnicamente orientada. Uma flecha que projeta o tempo para fora da Terra, sob a promessa de modernização, soberania e progresso. Mas, como vimos, nem todos os mundos foram convidados a habitar esse futuro. E alguns foram, literalmente, removidos em nome dele.

O caso do Quilombo Mamuna, no Maranhão, nos obriga a rever essa narrativa. Mais do que zona de impacto, o quilombo aparece como nó temporal insurgente, em que múltiplas temporalidades de ancestralidade, expropriação, resistência e permanência se enredam sem se resolver. Cada lançamento do CLA reativa esse nó. E, ao fazê-lo, revela que o tempo orbital não é absoluto. Ele depende da terra que tentou negar.

Ao escutarmos o relato de Maria José Lima Pinheiro, não como dado empírico, mas como forma de pensamento, acompanhamos como a crítica emerge do corpo, da memória e do território. O Mamuna não apenas resistiu à cronologia orbital. Ele a obrigou a se



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

reconfigurar. O foguete continuou subindo, mas só porque a comunidade permaneceu. E é nessa permanência que encontramos não a negação do futuro, mas uma outra forma de futuridade, cultivada desde o chão.

Com isso, o artigo propôs três deslocamentos. O primeiro foi metodológico: considerar o relato encarnado como campo epistêmico, não como ilustração de teorias externas. A escuta de vozes subalternizadas não é aqui um complemento à crítica, mas sua própria condição. O segundo deslocamento foi teórico: aplicar o gesto de provincializar, proposto por Chakrabarty, ao campo da astropolítica, desnaturalizando a ideia de espaço como fronteira neutra da humanidade e revelando seus regimes de historicidade coloniais, técnicos e geopolíticos. O terceiro foi ontológico: afirmar que o tempo, assim como o futuro, não é universal. Ele é produzido, politicamente disputado e historicamente localizado.

Nomear o Mamuna como centro epistêmico é reconhecer que ali se pensa o tempo, o mundo e o porvir de forma situada, radical e consequente. Não se trata de incluir a comunidade no programa espacial. Trata-se de questionar os próprios termos que o constituem. De entender o espaço sideral como construção histórica e política, e não como destino inevitável. Assim como a Europa em Chakrabarty, o céu também precisa ser descentralizado. Não para ser abandonado, mas para que se tornem visíveis os mundos que ele tenta apagar.

O céu não é neutro. Ele carrega as marcas da colonialidade, da técnica, da modernidade e do capital. Mas é também lugar de disputa. Ao forçar o CLA a coexistir com a titulação quilombola, o Mamuna mostrou que o tempo orbital não flui sozinho. Ele vacila, hesita, se curva. E quando treme, pensa.

Referências

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU). **Mediação liderada pela AGU assegura acordo entre comunidades quilombolas de Alcântara e Programa Espacial Brasileiro.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/mediacao-liderada-pela-agu-assegura-acordo-entre-comunidades-quilombolas-de-alcantara-e-programa-espacial-brasileiro>. Acesso em: 20 jun. 2025.



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB). **Plano Nacional de Atividades Espaciais – PNAE 2012–2021**. Brasília: AEB, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucional/PNAEPortugues.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB). **Plano Nacional de Atividades Espaciais – PNAE 2022–2031**. Brasília: AEB, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/programa-nacional-de-atividades-espaciais>. Acesso em: 20 jun. 2025.

AGÊNCIA GOV. **Acordo concilia território quilombola de Alcântara e Programa Espacial Brasileiro**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/acordo-reconhece-territorio-quilombola-alcantara-projeto-espacia-brasileiro>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.220, de 5 de fevereiro de 2020**. Promulga o **Acordo sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 fev. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10220.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara Vs. Brasil. Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas**. Sentença de 21 de novembro de 2024. Série C No. 548. CIDH, 2024. Disponível em: <https://jurisprudencia.corteidh.or.cr/pt-br/vid/1067534926>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CONAQ – COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Carta aberta da CONAQ em defesa das Comunidades Quilombolas de Alcântara**. Brasília, 2019.

CONAQ – COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Governo Federal e quilombolas entram em acordo para titulação dos territórios de Alcântara (MA)**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://conaq.org.br/governo-federal-e-quilombolas-entram-em-acordo-para-titulacao-dos-territorios-de-alcantara-ma/>. Acesso em: 20 jun. 2025.



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

CONNELL, R. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. Cambridge: Polity, 2007.

ELENA, B. Restos e dobras. Permanência e(m) crise da crítica (na) pós-colonial(idade). **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 32-43, jan./jul. 2017. DOI: 10.35520/mulemba.2017.v9n16a7760.

GAMA, Jamile. Tempo negro, tempo do mundo. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade e emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2007. p. 143–160.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JASANOFF, Sheila. Ordering knowledge, ordering society. In: **States of knowledge: the co-production of science and social order**. London: Routledge, 2004. p. 13–45.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MABE; CONAQ. **Denúncia internacional contra o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas**. Brasília, 2020.

MBEMBE, Achille. **On the Postcolony**. Berkeley: University of California Press, 2001.

MCCOY, Terrence; TRAIANO, Rafael. A story of slavery — and space. **The Washington Post**, Washington, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2021/brazil-alcantara-launch-center-quilombo/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PEEL, Scott. Temporalities of the South: history and the politics of environmental knowledge. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 32, n. 3, p. 517–525, 2014.

ROSA, Marcelo C. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 43-65, jan.–abr. 2014.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. London: Zed Books, 1999.

VERDÉLIO, A.; NASCIMENTO, L. Lula sela acordo com quilombolas em Alcântara e promete titulação. **Agência Brasil**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-09/lula-assina-acordo-e-encerra-disputa-de-40-anos-em-alcantara>. Acesso em: 20 jun. 2025.



Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara

Leandro Henrique Laranjeiras

Data de submissão: 15/07/2025

Data de aceite: 19/08/2025

Como citar este artigo de acordo com a ABNT:

LARANJEIRAS, Leandro Henrique. Provincializando o Espaço Sideral: uma leitura da insurgência quilombola contra os regimes de futuro do Programa Espacial em Alcântara. *Áskesis*, São Carlos, v. 14, n. 02, p. 232-253, jul.-dez. 2025. DOI: 10.14244./2238-3069.2025/37.